



Odontologia para pacientes com necessidades especiais: como é a oferta dessa disciplina nas faculdades de Odontologia do sudeste brasileiro?

Danielle Fernandes Lopes¹  | Yuri de Lima Medeiros¹  | Luan Viana Faria¹  | Mônica Regina Pereira Senra Soares² 

¹Universidade Federal de Juiz de Fora, Campus Juiz de Fora, Juiz de Fora (UFJF), Minas Gerais, Brasil

²Universidade Federal de Juiz de Fora, Campus Avançado de Governador Valadares (UFJF/GV), Governador Valadares, Minas Gerais, Brasil

Objetivo: Realizar um estudo transversal para investigar a oferta da disciplina de odontologia para PNE nas Instituições de Ensino Superior (IES) da região sudeste do Brasil.

Métodos: Foi realizada uma consulta das IES reconhecidas pelo Ministério da Educação no portal e-MEC e uma investigação da grade curricular, em busca das variáveis: inserção da disciplina na grade curricular, a categoria administrativa da unidade, a sua obrigatoriedade, a metodologia de ensino utilizada (se a matéria é de cunho teórico ou prático) e a carga horária. A busca foi feita por meio eletrônico (site da instituição) e contato via e-mail com a coordenação dos cursos. Em seguida, foi feita a organização e análise dos dados através do programa *GraphPad Prism 8.1.2*.

Resultados: Foram encontradas 176 faculdades na região, sendo que 32 foram excluídas da amostra por não preencherem os critérios de inclusão. Das que restaram, 62,5% ofertam a disciplina na grade curricular e 71,1% o fazem em caráter obrigatório, com maior percentual nas IES do setor privado ($p = 0,0002$). Quanto à metodologia usada, 51,1% das instituições apresentam atividades de caráter prático/teórico-prático ou ensino a distância com conteúdo prático. A carga horária das disciplinas apresentou grande discrepância, variando de 30 horas a 240 horas.

Conclusão: Mais da metade das escolas de Odontologia do sudeste brasileiro oferecem algum contato do aluno com o que se refere ao atendimento do PNE na graduação. Dentre os estados da região, o Espírito Santo apresentou um maior percentual em relação à oferta de metodologias práticas inseridas. A oferta dessa disciplina em caráter obrigatório é maior em instituições privadas.

Descritores: Currículo. Educação em odontologia. Pessoas com deficiência.

Submetido: 03/06/2020

Aceito: 26/09/2020

INTRODUÇÃO

O desconhecimento e, principalmente, a falta de experiência clínica no manejo odontológico dos pacientes com necessidades de cuidados especiais (PNE)¹, - inclusive aqueles com doenças físico-crônicas^{2,3} - têm levado à negligência no atendimento dessa população por parte dos cirurgiões-dentistas (CD) brasileiros.

O reconhecimento da especialidade de Odontologia para PNE pelo Conselho Federal de Odontologia⁴ motivou as faculdades a adicionarem na grade curricular dos cursos uma disciplina voltada para o atendimento odontológico a esse público. Notadamente sob influência norte-americana, segundo Paula e Bezerra⁵, as Instituições de Ensino Superior (IES) no Brasil foram objeto de transformações nos últimos anos.

Autor para Correspondência: Mônica Regina Pereira Senra Soares
Rua São Paulo, 745, Centro, Governador Valadares, Minas Gerais, Brasil.
CEP.: 35.010.180. Telefone: +55 33 3301 1000.
E-mail: monica.pereira@ufff.edu.br

A partir de novas tecnologias e através da compreensão de diferentes metodologias no âmbito educacional⁶, embasadas pela Lei de Diretrizes e Bases (Brasil, 1996)⁷ e pelas novas Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Odontologia (CNE/CES, 2018)⁸, o ensino formal de Odontologia brasileiro está passando de um modelo centrado na formação técnica⁵, individualista e desarticulada das necessidades da população⁹ para um modelo que contempla inúmeras competências específicas do CD. Dentre estas competências está a aquisição de conhecimento científico para a prática do atendimento clínico odontológico ambulatorial dos indivíduos com necessidades de cuidados especiais, tornando os futuros profissionais aptos a oferecerem assistência odontológica, inclusive em ambientes hospitalares⁸ para pacientes com comprometimentos mais graves em saúde.

Para Thierer e Meyerowitz², todos os programas educacionais que visem capacitar os estudantes a lidarem com os PNE são importantes. Pelas DCN, eles devem ser interligados e desenvolvidos de maneira integrada, visando ao cuidado geral do indivíduo, nas diferentes áreas de atuação da Odontologia⁸. A hipótese deste trabalho é que a falta de experiência dos profissionais odontólogos é um reflexo do não oferecimento da disciplina durante a graduação. Dessa forma, o objetivo deste estudo é obter o panorama do ensino de Odontologia para o PNE nas IES do sudeste brasileiro, região esta que possui a menor relação habitante/cirurgião-dentista¹⁰.

MATERIAL E MÉTODOS

Esta pesquisa possui caráter transversal, com abordagem quantitativa. O estudo utilizou consulta em arquivos de instituições, que constituem dados de domínio público e não houve envolvimento de seres humanos ou animais. Desta forma, foi dispensada a submissão para apreciação do Conselho de Ética e Pesquisa.

Foi realizada no período de março a julho de 2019, a coleta de dados sobre a grade curricular dos cursos de Odontologia das IES públicas e privadas do sudeste brasileiro (n = 176). Estas IES foram identificadas no Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Ensino

Superior (e-MEC)¹¹, o sistema eletrônico de acompanhamento dos processos que regulam a educação superior no Brasil.

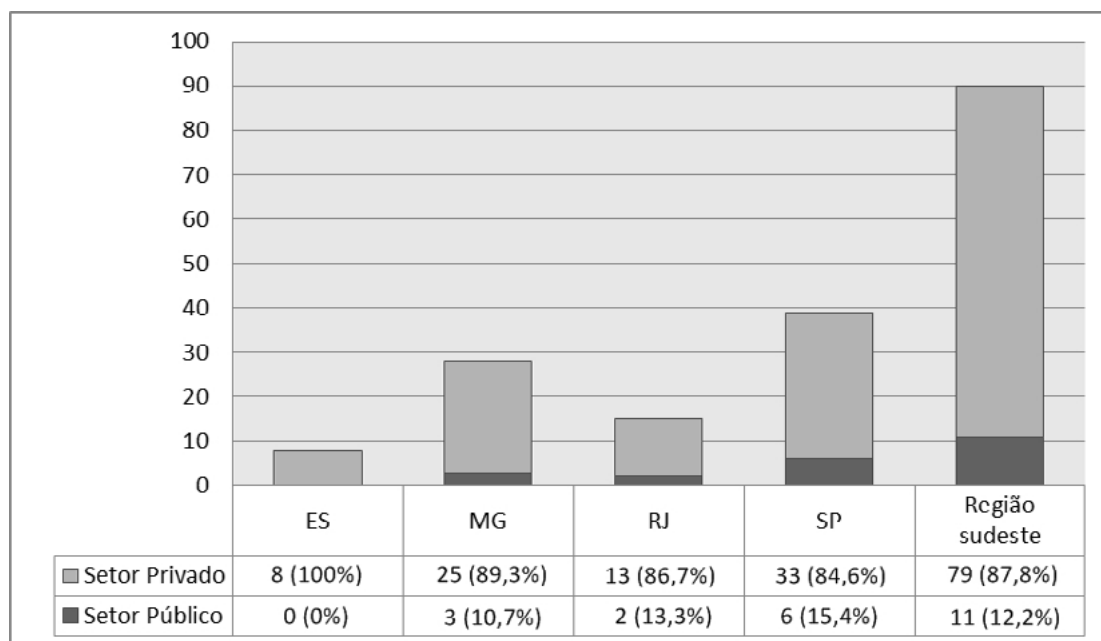
Foram analisados os sítios eletrônicos das instituições selecionadas e incluídas na pesquisa aquelas que disponibilizaram a grade curricular *online* em um *site web* oficial. Quando não estava disponível, foram enviados *e-mails* aos coordenadores de curso solicitando as informações pertinentes à grade do curso. Para a obtenção das respostas aguardou-se um prazo máximo de dois meses.

Foram analisadas as seguintes variáveis nas Faculdades de Odontologia das IES (i) oferta da disciplina de odontologia para PNE; (ii) caráter da disciplina (obrigatória ou optativa); (iii) categoria administrativa da instituição (pública ou privada); (iv) carga horária; (v) metodologia utilizada (teórica, prática ou teórico-prática).

Os dados foram organizados e analisados através dos programas *Microsoft Excel 2007* e *GraphPad Prism 8.1.2*. O teste de normalidade aplicado para os dados paramétricos (carga horária) foi o teste Shapiro-Wilk. Foram utilizados o Teste Qui-quadrado e o Teste Exato de Fisher para as proporções e o Test-t para dados não-pareados para a carga horária, visando a comparação entre os estados da federação e entre IES públicas e privadas. O nível de significância adotado foi de 5%.

RESULTADOS

Foram encontradas 176 IES no sudeste do Brasil com o curso de Odontologia devidamente cadastrado no portal e-MEC. Cento e quarenta e quatro instituições pesquisadas foram incluídas neste estudo, visto que 32 foram excluídas por não disponibilizarem a grade curricular ou por não possuírem um sítio eletrônico disponível. Das que foram incluídas, 10 (6,9%) (uma pública e nove particulares) estão no Espírito Santo, 21 (14,6%) (quatro públicas e 17 particulares) no Rio de Janeiro, 51 (35,4%) (sete públicas e 44 particulares) em Minas Gerais e 62 (43,1%) (sete públicas e 55 particulares) em São Paulo. A distribuição das instituições que ofertam a disciplina em questão por estados da região pode ser conferida de maneira detalhada no Gráfico 1.

Gráfico 1 - Oferta da disciplina de Odontologia para pacientes com necessidades especiais segundo o tipo de Instituições de Ensino Superior e o estado da região sudeste, n = 90

Mais da metade das faculdades de Odontologia (62,5%) possuem a disciplina de odontologia para PNE na grade curricular, tanto nas instituições públicas quanto nas privadas (57,9 e 63,2% respectivamente, para $p = 0,7998$), como descrito na Tabela 1. Destas 90 instituições que oferecem a disciplina, 77 disponibilizam informações a respeito de sua natureza. Instituições do setor privado ofertam mais disciplinas obrigatórias que as do setor público (90,9% e 36,4% respectivamente) ($p =$

0,0002) (Tabela 1).

Além disso, das 62 IES que especificaram na grade curricular a sua metodologia de ensino (teórica/teórico-prático), 46 (74,2%) IES ofertam a disciplina de forma prática, podendo ser conjugada ou não com aulas teóricas. Esta formação prática é ofertada na forma de clínicas e centros de atendimento especializados ou estágios em instituições parceiras, buscando oferecer aos alunos a experiência necessária para tratar o PNE (Tabela 1).

Tabela 1 - Natureza da disciplina de odontologia para pacientes com necessidades especiais segundo a categoria administrativa da instituição (pública ou privada)

Variáveis	Setor público	Setor privado	Total	p-valor*
Presença e Oferta (n = 144)				
Presente	11 (57,9%)	79 (63,2%)	90 (62,5%)	0,7998
Ausente	8 (42,1%)	46 (36,8%)	54 (37,5%)	
Natureza da Disciplina (n = 77)				
Não obrigatória	7 (63,6%)	6 (9,1%)	13 (16,9%)	0,0002
Obrigatória	4 (36,4%)	60 (90,9%)	64 (83,1%)	
Metodologia de ensino (n = 62)				
Metodologia teórica	5 (45,6%)	11 (51,6%)	16 (25,8%)	0,1324
Metodologias práticas inseridas	6 (54,5%)	40 (78,4%)	46 (74,2%)	
TOTAL	19 (13,2%)	125 (86,8%)	144 (100%)	

*Teste Exato de Fisher, significativo se $p < 0,05$.

Do ponto de vista regional, verifica-se maior proporção de IES contendo a disciplina de PNE no estado do Espírito Santo: 8 (80%) de 10 IES, seguido de Minas Gerais, com oferta da disciplina em 54,9% das faculdades

($p = 0,3502$). Além disso, não houve diferença estatisticamente significativa entre os estados no que se refere à natureza da disciplina (obrigatória e não obrigatória) ($p = 0,9367$) e à metodologia de ensino ($p = 0,5187$) (Tabela 2).

Tabela 2 - Natureza da disciplina de odontologia para pacientes com necessidades especiais segundo a localização na região sudeste do Brasil

Variáveis	Espírito Santo	Minas Gerais	Rio de Janeiro	São Paulo	Total	p-valor
Presença e Oferta (n = 144)						
Presente	8 (80%)	28 (54,9%)	15 (71,4%)	39 (62,9%)	90	0,3502
Ausente	2 (20%)	23 (45,1%)	6 (28,6%)	23 (37,1%)	54	
Natureza da Disciplina (n = 77)						
Não obrigatória	1 (12,5%)	4 (14,8%)	3 (21,4%)	5 (17,9%)	13	0,9367
Obrigatória	7 (87,5%)	23 (85,2%)	11 (78,6%)	23 (82,1%)	64	
Metodologia de ensino (n = 62)						
Metodologia teórica	-	6 (27,3%)	2 (18,2%)	8 (36,4%)	16	0,5187
Metodologias práticas inseridas	7 (100%)	16 (72,7%)	9 (81,8%)	14 (63,6%)	46	
TOTAL	10(6,9%)	51(35,4%)	21(14,6%)	62(43,1%)	144 (100%)	

*Teste qui-quadrado, significativo se $p < 0,05$.

Quanto à carga horária total da disciplina, essa informação esteve presente na matriz curricular de 75 (83,3%) faculdades, sendo 64 (85,3%) privadas e 11 (14,7%) públicas. A carga horária média é de 83,3h (DP = 47,43).

Observou-se uma mediana de 80h e amplitude que variou de 30 a 200 horas. O Espírito Santo foi o estado com maior carga horária média de 123,5 horas, contrastando com o Rio de Janeiro, que apresentou média de 68,1 horas (Gráfico 2).

Gráfico 2 - Carga horária da disciplina de Odontologia para pacientes com necessidades especiais segundo cada estado da região sudeste do Brasil (n = 75).

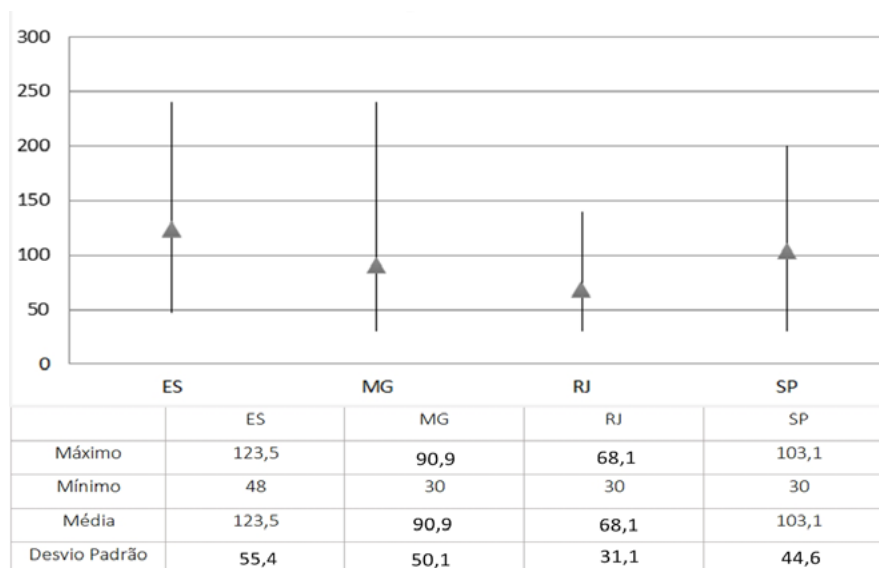
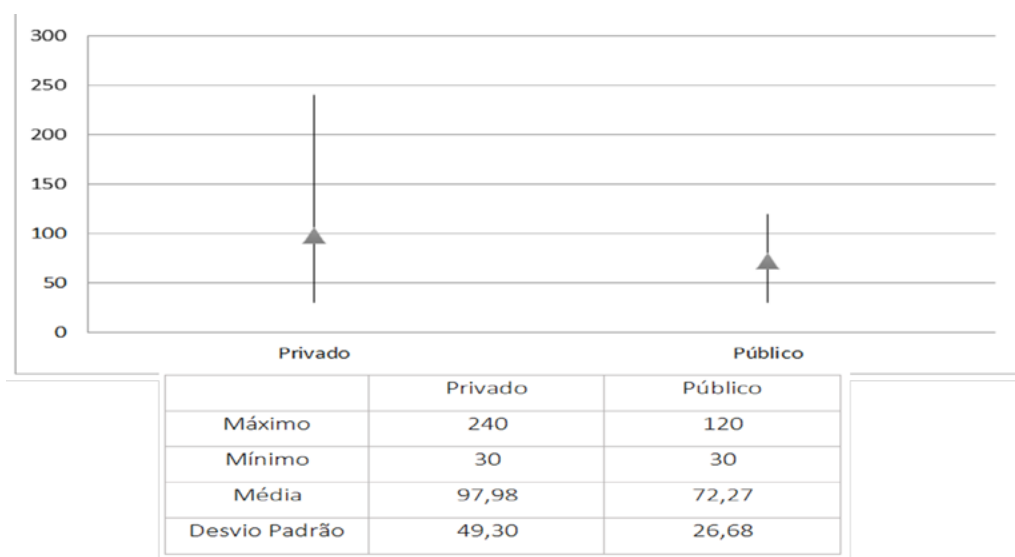


Gráfico 3 - Carga horária da disciplina de Odontologia para pacientes com necessidades especiais – média, máxima e mínima segundo a categoria administrativa das Instituições de Ensino Superior (pública/particular, n = 75)



As instituições públicas apresentaram a menor média de carga horária, variando de 30 a 120 horas (Gráfico 3).

DISCUSSÃO

No Brasil e em vários outros países, estudos têm enfatizado a limitada preparação didática e clínica que os alunos recebem no ensino da graduação em relação à assistência ao PNE^{2,3,12,13} e quanto à necessidade de instituir a disciplina de Odontologia para PNE na graduação¹⁴.

As matrizes curriculares dos cursos de Odontologia variam significativamente em relação às necessidades educativas de preparo dos discentes na assistência ao PNE. Porém, é importante que os CDs tenham essa experiência antes de atender o PNE, independentemente de a oferta da disciplina ser em nível de graduação ou de pós-graduação².

Neste estudo verificou-se que das 90 IES (62,5%) do sudeste brasileiro que ofertam a disciplina de PNE na grade curricular, 64 o fazem de maneira obrigatória e 46 apresentam alguma metodologia prática inserida. Embora a maioria das IES (51,1%) permita aos graduandos a oportunidade de prestar assistência a esse grupo, essa quantidade parece ser insuficiente. Este conteúdo ocorre por meio de disciplinas teóricas e/ou através de estágios, contudo, não se pode afirmar se esta preparação realmente habilita o aluno a fornecer acesso e a prestar um atendimento adequado ao paciente especial.

Um estudo da percepção de CDs generalistas, sobre os fatores educacionais e de tratamento que afetam o acesso de crianças com necessidades especiais ao atendimento odontológico, revelou que dentre os profissionais que tiveram experiências clínicas em PNE na graduação, apenas 25% eram menos propensos a considerar fatores como o nível de deficiência e de comportamento do paciente como obstáculos para o atendimento odontológico¹⁵. Este dado corrobora com a premissa da necessidade de mais atividades clínicas com PNE nas IES. Pois quando o aluno da graduação possui experiência no manejo do PNE, e se eles consideram sua experiência educacional valiosa, mostram-se mais seguros no atendimento e na resolução dos problemas dessa população^{16,17}.

Fenton¹⁸ afirmou que se cada instituição provesse um adequado currículo de Odontologia para PNE, o percentual de graduados tratando essa população, ao longo do tempo, teria o aumento de pelo menos 40% da força de trabalho em Odontologia.

Desde 2002, o Ministério da Saúde¹⁹ aponta a necessidade de mudanças nos currículos das IES, e sugere, dentre outros enfoques, a questão da multidisciplinaridade e o desenvolvimento de competências para o âmbito da saúde. Adicionalmente, as diretrizes curriculares para os cursos de Educação Superior⁷ determinam que as faculdades tenham a liberdade de programar as disciplinas que farão parte da sua grade curricular indicando apenas os conteúdos básicos.

Neste contexto, é importante mencionar que as IES particulares têm maior porcentagem de oferta desta disciplina, corroborando com os achados de Oliveira et al.²⁰, que observaram maior atendimento às diretrizes curriculares por parte destas instituições.

Quando se considera importante a disciplina na grade curricular a fim de incentivar o aluno para o atendimento ao PNE, a carga horária destinada deve ser também considerada. Nosso estudo evidenciou grande discrepância entre as IES públicas e privadas, demonstrando uma diferença que variou de 30 até 240 horas, com maior média nas IES privadas e no estado do Espírito Santo. Essa grande variação e falta de padronização entre os currículos odontológicos também foi observada por outros estudos^{12,21}. Tal fato levanta um questionamento: será que essas disciplinas de odontologia para PNE estão sendo suficientes para preparar os alunos para um atendimento integral?

Smitley et al.¹² verificaram que a carga horária das disciplinas destinadas para a atenção ao PNE nas escolas de Odontologia da América Latina e do Caribe foi menos de cinco horas de treinamento clínico focado exclusivamente na assistência ao paciente especial. Da mesma forma, Sherman e Anderson¹³ observaram que, nos cursos de Odontologia no Canadá, a média de horas para o atendimento foi de 13,3 horas. No entanto, essa carga horária foi considerada baixa para um treinamento didático-clínico eficaz no manejo desses pacientes¹³.

O que corrobora com a premissa de que ainda há muito caminho a se percorrer. Pois, além do baixo treinamento, outros fatores podem ser considerados empecilhos para tratar estes pacientes, tais como a necessidade de equipamentos apropriados em ambientes diversos, a quebra na rotina do consultório e a compensação financeira inadequada pelo aumento de tempo que envolve esses tratamentos¹. Adicionalmente, quando estes pacientes têm dificuldades em obter tratamento odontológico, podem desenvolver outras patologias mais graves devido ao cuidado inadequado, o que prejudica ainda mais a saúde do paciente, aumenta a dificuldade na assistência e afeta sua reabilitação¹⁶.

Sabe-se que muitos CDs relutam em atender pacientes com necessidades especiais por falta de preparo, experiência e conhecimento²². Entendemos que é papel das IES fomentar essa assistência para que o aluno se sinta preparado para realizar esse atendimento, a fim de diminuir a exclusão

biopsicossocial desses indivíduos.

Para Figueiredo²³, as IES devem adotar em sua grade curricular a disciplina de Odontologia para PNE com a finalidade de proporcionar aos acadêmicos conhecimentos teóricos e experiências clínicas que os incentivem a prática dessas atividades em suas vidas profissionais. As instituições devem estar cientes de seu caráter social perante essa população. Segundo Secco²⁵, o “desafio a ser enfrentado parece passar pela superação da dicotomia entre ‘formação geral *versus* formação específica’, mediante uma nova racionalidade capaz de incorporar a diversidade, as contradições e as tensões que constroem o cotidiano nas IES”. Muitas faculdades estão voltadas para a especificidade do conhecimento técnico e científico mesmo quando incluídas em projetos sociais que a profissão pode assumir²⁵.

Paula e Bezerra⁵ citaram a grande expansão no número de Universidades que oferecem cursos de Odontologia no país, maior na região sudeste, aumentando a quantidade de profissionais que ingressam no mercado de trabalho que é competitivo e diversificado. Paralelo a isto, existe aumento da demanda de indivíduos com deficiências que dependem da assistência odontológica¹. Portanto, é visível a necessidade de que as faculdades de Odontologia preparem o aluno para a produção do conhecimento e a prestação de serviços nessa área.

O presente estudo apresentou algumas limitações como o fato de não ter sido investigada a metodologia das aulas práticas, se são atividades de educação em saúde com PNE, se são clínicas, dentre outras possibilidades. Apesar disso, por meio dessa pesquisa obtivemos subsídios para promover uma análise crítica do ensino de Odontologia para PNE nas IES do sudeste brasileiro, em nível de graduação. A expectativa é que as instituições acadêmicas possam providenciar instrução didático-clínica necessária para que o graduando seja competente em oferecer assistência ao PNE. Ademais, o efeito da educação no atendimento odontológico de PNE nas atitudes pessoais dos estudantes em relação a esses pacientes precisa ser avaliado. Até que ponto uma disciplina, programa ou projeto com conteúdo prático ajuda a reduzir os conceitos equivocados e estereótipos negativos, ou mais especificamente, a melhorar as reações emocionais e aumentar a aceitação dessa população.

CONCLUSÃO

A disciplina de Odontologia para pacientes com necessidades especiais é ofertada na maioria das IES do sudeste brasileiro e na maior parte das instituições essa disciplina possui caráter obrigatório e com carga horária variável. O Espírito Santo tem o menor número de faculdades. No entanto, apresentou um maior percentual em relação à oferta de metodologias práticas. Além disso, a oferta dessa disciplina em caráter obrigatório é maior em instituições privadas.

CONFLITO DE INTERESSES


Os autores declaram que não há conflito de interesses.

ORCID

Danielle Fernandes Lopes  <https://orcid.org/0000-0002-6737-9284>

Yuri de Lima Medeiros  <https://orcid.org/0000-0002-4013-7752>

Luan Viana Faria  <https://orcid.org/0000-0003-2336-9946>

Mônica Regina Pereira Senra Soares  <https://orcid.org/0000-0002-2074-5232>

REFERÊNCIAS

1. Waldman HB, Perlman SP. Why is providing dental care to people with mental retardation and other developmental disabilities such a low priority? *Public Health Rep.* 2002;117:435-9.
2. Thierer T, Meyerowitz C. Education of dentists in the treatment of patients with special needs. *J Can Dent Assoc.* 2005;33(9):723-9.
3. Waldman HB, Perlman SP, dei Valle LML. A review of the oral health of individuals with disabilities in Puerto Rico and among US Hispanics. *Spec Care Dentist.* 2007;27(1):26-30.
4. Brasil. Resolução nº 23/2002 do Conselho Federal de Odontologia. *Diário Oficial da União.* Seção I, de 28/05/2002, 148-9.
5. Paula LM, Bezerra ACB. A estrutura curricular dos cursos de odontologia no Brasil. *Rev ABENO.* 2003;3(1):7-14.
6. Waldman HB, Rader R, Perlman SP. Health related issues for individuals with special health care needs. *Dent Clin N Am.* 2009;53:183-93.
7. Ministério da Educação (Brasil). Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diretrizes e Bases da Educação Nacional [lei na Internet]. Disponível em: <http://www.mec.gov.br>.
8. Brasil. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Diretrizes curriculares nacionais do curso de graduação em odontologia. *Diário Oficial da União, Brasília, DF,* 2018. [Acesso em 8 dez 2019]. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/abril-2019-pdf/111231-pces803-18/file>.
9. Schwenk DM, Stoeckel DC, Rieken SE. Survey of special patient care programs at US and Canadian dental schools. *J Dent Educ.* 2007;71(9):1153-9.
10. Martin ASS, Chisini LA, Martelli S, Sartori LRM, Ramos EC, Demarco FF. Distribuição dos cursos de odontologia e de cirurgiões-dentistas no Brasil: uma visão do mercado de trabalho. *Rev ABENO.* 2018;18(1):63-73.
11. Ministério da Educação [homepage na Internet]. Cadastro e-MEC de instituições e cursos de educação superior [acesso em 8 mar 2019]. Disponível em: <http://emec.mec.gov.br/>.
12. Smitley MG, Waldman HB, Perlman SP, Ocanto RA. Latin American and Caribbean dental schools: teaching about special needs. *Rev Panam Salud Publica.* 2009;25(4):322-7.
13. Sherman CM, Anderson RD. Special needs education in Canadian dental school curriculum: is there enough? *J Can Dent Assoc.* 2010;76(11):1-5.
14. Gomes MJ, Caxias FP, Margon CD, Rosa RG, Carvalho RB. The perception of dentistry course's teachers of the Federal University of Espírito Santo about need of a discipline call "Treatment of patient carrier of special needs". *Rev Bras Pesqui Saude.* 2009;11(1):33-9.
15. Casamassimo PS, Seale NS, Ruehs K. General dentists' perceptions of educational and treatment issues affecting access to care for children with special health care needs. *J Dent Educ.* 2004;68(1):23-8.
16. Al Agili DE, Roseman J, Pass MA, Thornton JB, Chavers LS. Access to dental care in Alabama for children with special needs. *J Am Dent Assoc.* 2004;135: 490-5.
17. Shenkin JD, Davis MJ, Corbin SB. The oral health of special needs children: dentistry's challenge to provide care. *ASDC J Dent Child.* 2001;68:201-5.
18. Fenton SJ. If only we all cared. *J Dent Educ.* 2004;68(3):304-5.

19. Conselho Nacional de Educação (Brasil). Resolução CNE/CES nº 3, de 19 de fevereiro de 2002. Institui diretrizes curriculares nacionais do curso de graduação em odontologia. Diário Oficial da União 2002;Sec 1,p.10-1.
20. Oliveira YCA, Costa GMC, Coura AS, Cartaxo RO, França ISX. A língua brasileira de sinais na formação dos profissionais de enfermagem, fisioterapia e odontologia no estado da Paraíba, Brasil. Interface. 2012;16(43):995-1008.
21. Faria LV, Oliveira GA, Grázia MEP, Medeiros YL, Lopes DF, Leite ICG. O ensino de implantodontia nas graduações brasileiras de odontologia: um estudo transversal. REAS. 2020;12(4):e2672.
22. Waldman HB, Perlman SP. A special care dentistry specialty: sounds good, but. J Dent Educ. 2006;70(10):1019-23.
23. Figueiredo JR. Estratégias para a provisão de cuidados no atendimento odontológico ao paciente portador de deficiência [dissertação]. São Paulo (SP): Faculdade de Odontologia da USP; 2002.
24. Feuerwerker LCM. Educação dos profissionais de saúde hoje. Rev ABENO. 2003;3(1):24-7
25. Secco LG, Pereira MLT. Formadores em odontologia: profissionalização docente e desafios político-estruturais. Cien Saude Colet. 2004;9(1):113-20.

Dentistry for patients with special needs: how is this discipline offered in dental schools in southeastern Brazil?

Aim: To investigate the offer of the dentistry discipline for PSHCN in Higher Education Institutions (HEIs) in the southeastern region of Brazil.

Methods: A consultation of the HEIs recognized by the Ministry of Education on the e-MEC website and an investigation of the curricular grid was carried out in search of the following variables: insertion of the discipline, the administrative category of the unit, its mandatory nature, the teaching methodology used (if the subject is of a theoretical or practical nature), and the workload. The search was made through the institution's website or, when it was not possible, by contacting the coordination's email. The data was then organized and analyzed using the GraphPad Prism 8.1.2 software and described using descriptive statistics.

Results: 176 colleges were found in the region, 32 of which were excluded from our sample because they did not meet our inclusion criteria. Of the remaining institutions, 62.5% offer the discipline, of which 71.1% are mandatory, with a higher percentage in private sector HEIs. As for the methodology used, 51.1% of the institutions present practical/theoretical-practical activities or distance learning with practical content. The workload of the subjects presented a great discrepancy, ranging from 30 hours to 240 hours.

Conclusion: More than half of the dental schools in southeastern Brazil offer some kind of contact with students regarding their attendance to the PNE in undergraduate education. Among the states in the region, Espírito Santo has the highest percentages of the offer of inserted practical methodologies. The offer of this discipline as a mandatory course is greater in private institutions.

Uniterms: Curriculum. Education, dental. Disabled persons.